

Revista chilena de historia social popular

REVUELTAS

SANTIAGO, CHILE | NÚCLEO DE HISTORIA SOCIAL POPULAR

AÑO 06 | NÚMERO 11 | JUNIO 2025 | ISSN 2452-5707

DOSSIER

Do associativismo ao sindicalismo docente em uma década: Considerações acerca das trajetórias da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG)

From works associativism to unionism during one decade: Considerations about Professors Association of the Federal University of Rio Grande (APROFURG)

Del asociacionismo al sindicalismo docente en una década: Consideraciones sobre las trayectorias de la Asociación de Profesores de la Universidad Federal de Rio Grande (APROFURG)

Leandro Braz da Costa
Doutorando em História
Universidade Federal de Pelotas
lbcosta.furg@gmail.com
 [0000-0002-4632-7872](https://orcid.org/0000-0002-4632-7872)

Recibido: 02 de febrero 2024
Aceptado: 20 de noviembre 2024

Resumen: El trabajo consiste en un abordaje histórico de las construcciones individuales y colectivas que determinaron la trayectoria de formalización y consolidación del asociativismo docente de la Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) entre los años 1980 y 1990. Al mismo tiempo, expone las estrategias y acciones prácticas llevadas a cabo por APROFURG, en medio del convulso contexto de redemocratización en Brasil, que, paulatinamente, fue forjando las condiciones que caracterizaron el proceso de sindicalización de estos trabajadores con la Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) y la Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Palabras clave: Asociativismo, Sindicalismo, Universidad, Docentes, Dictadura, Redemocratización.

Resumo: O trabalho consiste em uma abordagem histórica acerca das construções individuais e coletivas que determinaram a trajetória de formalização e consolidação do associativismo dos docentes da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) entre os anos de 1980 e 1990. Nesse interim, expõe as estratégias e ações práticas levadas a cabo pela APROFURG, em meio ao conturbado contexto de redemocratização do Brasil, as quais, gradativamente, forjaram as condições que caracterizaram o processo de sindicalização desses trabalhadores junto a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Palavras-chave: Associativismo, Sindicalismo, Universidade, Docentes, Ditadura, Redemocratização.

Abstract: The article consists of an historical approach about individual and collective constructions that determine the path of formalization and consolidation of associativism of the teachers from Professors Association of the Federal University of Rio Grande (APROFURG) between the 80's and 90's. In the meantime, it is exposed the strategies and practical actions carried out by APROFURG during a trouble redemocratization context in Brazil, actions which, gradually, build the conditions that characterized the unionization process of these professor along the College Teachers National Association (ANDES-SN) and Single Work Center (CUT)

Keywords: Associativism, Unionism, University, Professors, Dictatorship, Redemocratization.

Considerações preliminares

A atividade de levantamento das fontes utilizadas neste trabalho foi realizada entre os anos de 2019 e 2020 junto ao arquivo que compõe o acervo histórico documental da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG). Nesse interim, ainda foram realizadas algumas entrevistas em formato remoto com alguns de seus ex-diretores.

Atas de reuniões, assembleias e ofícios, assim como milhares de páginas que compõem as edições do boletim informativo da APROFURG, foram rigorosamente analisadas e submetidas ao escrutínio junto ao aporte bibliográfico e demais fontes como atas dos congressos, relatórios e circulares produzidos pela Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) e alguns documentos produzidos pelos órgãos de repressão e espionagem da época, incluindo ainda decretos e leis federais.

Desta feita, o trabalho apresenta à trajetória associativa dos docentes da Universidade do Rio Grande que culminou na criação da APROFURG e sua vinculação enquanto Seção Sindical do ANDES filiado a Central Única dos Trabalhadores (CUT), apontando aspectos relevantes acerca da atuação do movimento docente na década de 1980.

O invólucro do autoritarismo e a gênese do associativismo docente na URG

Anos antes do Golpe de 31 de março de 1964, foi criado em São Paulo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), enquanto iniciativa para criação de uma central sindical no país, uma vez que a legislação vigente no Estado Novo esteve condicionada, em diversos aspectos, a Carta del Lavoro, de Mussolini. Porém, o CGT acabou não estruturado a partir de suas bases e sim de outras entidades sindicais estaduais e nacionais com caráter de federações e confederações, que desde a década de 1950 foram dirigidas e controladas por militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desta forma, os apoiadores do Golpe condenaram as movimentações grevistas ocorridas entre os anos de 1963 e 1964, através da denúncia de que o comunismo estava à espreita e arraigado na CGT, pouco importando se sua cúpula advogava uma “linha pacífica de respeito à legalidade, diálogo permanente com as autoridades e conquistas graduais através das Reformas de Base” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 125).

A Ditadura instaurada, além de impor o cerceamento aos movimentos sociais dos trabalhadores, promoveu o assassinato de dirigentes sindicais e lideranças,

sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, cassando direitos políticos e civis de opositores e desmobilizando quaisquer movimentos sociais por meio de sua criminalização (Brito, 2014, p. 88).

No âmbito das Universidades, a Ditadura rapidamente passou a degradar o ambiente de trabalho dos docentes e, através da Lei nº 5.540 de 29/11/1968, que antecedeu em alguns dias o AI-5, promulgado no Governo Costa e Silva, decretou uma Reforma Universitária que implicou em inúmeras modificações estruturais e organizacionais no cotidiano dos professores do Ensino Superior. Houve o recrudescimento da interferência estadunidense na educação brasileira, observada pelos Acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e United States Agency for International Development) de cunho privatizante em todos os níveis de ensino. A meta principal consistiu em transformar as universidades em instituições de apoio ao desenvolvimento econômico, objetivo colocado em prática um ano após o Golpe, quando através da assinatura de convênios firmados entre o MEC e o USAID começaram a desembarcar no país inúmeros consultores que produziam diagnósticos ideológicos visando os interesses do governo em modernizar as Universidades brasileiras (Vieira, 2017, p. 10). Além disso, promoveu-se o terror que nas universidades se traduziu “em inquéritos, prisões, intervenções seguidas de cassação do mandato de diretores e reitores, demissões ou aposentadoria compulsória de docentes e expulsão de estudantes, sob a égide do combate à subversão” (Fantinatti, 2001, pp, 67-68).

As propostas do MEC referentes à reformulação estrutural das Universidades brasileiras, formuladas no período de 1964-1970, possuíam uma concepção de Universidade prestadora de serviços, nos moldes empresariais, com ensino pago e direção recrutada entre os representantes da livre iniciativa. A contratação de docentes e a criação e manutenção de cursos estariam submetidos aos critérios de produtividade, eficácia e rentabilidade (Lyra, 1982, p. 31).

Na esteira do conjunto das medidas tecnocráticas e do endurecimento da repressão política impostas pelo AI-5, o Decreto-Lei nº 477, em seu Artigo 1º, estabeleceu amplo controle ideológico às Universidades, proibindo manifestações e protestos estudantis, ameaçando docentes, funcionários e instituindo punições que, em se tratando de professores, “funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino, com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos” (Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969).

De 1979 a 1988, a educação superior passou a ser vigiada de maneira dissimulada: a conjuntura e o projeto de abertura “lenta, gradual e segura” requeriam que o caráter coercitivo do regime fosse ocultado. A continui-

dade da vigilância era fundamental para evitar que a distensão tomasse rumos indesejados, mas, ao mesmo tempo, isso deveria deixar de ocorrer de modo ostensivo, para evitar que a oposição, naquela conjuntura já com uma maior margem de manobra, utilizasse a situação como mote para críticas ao governo. Nesse sentido, vale lembrar que, em 8 de maio de 1979, o então Ministro da Educação Eduardo Portella, por meio de uma comunicação interna, teria solicitado às instituições de educação superior do país a extinção formal de suas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Aos poucos, as assessorias foram sendo formalmente extintas. Os militares que as chefiavam, contudo, permaneciam nas instituições, como “assessores especiais” dos reitores, dando continuidade ao exercício das funções de vigilância realizadas no interior das instituições de educação superior desde fins da década de 1960 (Mansan, 2013, p. 11).

Refletindo as arbitrariedades promovidas pela Ditadura em âmbito nacional, o autoritarismo contra professores, alunos e funcionários foi vivenciado no cotidiano das relações laboriosas e de ensino na Universidade do Rio Grande (URG), localizada no Extremo Sul do Brasil. Até porque, desde 1955, quando foi criada a Escola de Engenharia, que acabou em 1969, após a criação de outros cursos superiores e contando com o apoio da Universidade Católica de Pelotas, dando origem a URG, tanto empresários quanto comerciários, setores ligados à imprensa local, lideranças estudantis e parte do seu corpo docente apoiaram, sustentaram e propagaram os ideais golpistas e do ‘novo regime’. Em troca, acabaram ocupando postos centrais de poder político na administração pública municipal, no legislativo, nas associações estudantis e, conseqüentemente na Universidade, legitimados por relações de reciprocidade, alinhamento ideológico e laços diretos de parentesco.

Ao longo da administração do Reitor Eurípides Falcão Vieira (primo do Interventor Municipal, Cid Scarone Vieira), tais métodos foram recorrentes. Em sua gestão ocorreu grande parte das demissões de professores sem justa causa, conforme o levantamento realizado pela Superintendência de Administração de Pessoas da Universidade do Rio Grande, tendo em vista o trabalho da Comissão Nacional de Anistia. Entre 16 de novembro de 1972 e 15 agosto de 1977, houve vinte e quatro demissões, conforme Ofício nº 261/86, de 8 de setembro de 1986 (Kantorski, 2011, pp. 74-75).

O caráter punitivo envolto pelas práticas autoritárias representadas pelos expurgos de docentes no decorrer dos sete anos da administração Eurípides Falcão Vieira, expunha a violência inerente ao terrorismo de Estado enquanto aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (Padrós, 2009, p. 37) e revela as

arbitrariedades que promoviam prejuízos individuais aos docentes, sobretudo, motivando demissões em virtude de antagonismos ideológicos ou, até mesmo, por conta das mais simples divergências na condução e relação profissional entre os docentes e a administração centralizadora e autocrática do reitor da URG. O despotismo enquanto conduta administrativa impôs o medo a muitos docentes, caracterizando as demissões como castigos exemplares, aplicados àqueles que não estivessem de acordo com as normas do silêncio enquanto regras de censura política, ideológica e laboral.

Em muitas universidades brasileiras, estudantes e docentes vivenciaram intervenções e fechamentos de órgãos representativos, proibições e repressões policiais, quando da realização de passeatas, peças teatrais, apresentações musicais e outras manifestações públicas, assim como apreensões de cartazes e panfletos, expurgos de estudantes, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos (Mansan, 2013, pp. 6 e 7). Na URG, a proximidade do movimento estudantil, formado através da União Rio-Grandina dos Estudantes Secundaristas (URES), com personagens centrais da Ditadura como o rio-grandino Golbery do Couto e Silva, além de tornar possível a existência do Diretório Central dos Estudantes (DCE), auxiliou, anos mais tarde, na federalização da URG, bem como foi determinante para a promoção de jovens lideranças ligadas ao partido de sustentação política da ditadura, a ARENA, a ocuparem cargos no executivo e legislativo municipal (Costa, 2019, p. 419-420).

No âmbito das relações coletivas de trabalho a prática de perseguições individuais tornou-se cada vez mais recorrente, sobretudo, enquanto contrarresposta à organização dos trabalhadores brasileiros, simbolizada pelos metalúrgicos do ABCD Paulista. Enquanto representantes do Novo Movimento Sindical Brasileiro, os trabalhadores acabaram contando com amplo apoio de diferentes parcelas da sociedade da época, durante as greves de 1978, 1979 e 1980 no convulsionado processo de transição para a democracia, iniciado em 1974, sob o Governo do ditador General-Presidente, Ernesto Geisel.

“Seguindo a canção”¹ dos trabalhadores brasileiros, em meados da década de 1970, em um movimento amiúde desvinculado do controle do Ministério do Trabalho, no interior das universidades as associações de docentes começaram a se multiplicar (Gadotti, 1996, p. 15). Em pleno processo de liberalização “lenta, gradual e segura”, “o surto de greves verificado no período fez surgir inúmeras iniciativas associativas. Criam-se associações de classe de profissionais liberais, espalha-se o hábito das assembleias e reuniões” (Kucinski, 1982, p. 129), ainda que

¹ Excerto da canção “Pra não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, considerada um dos hinos da resistência contra a Ditadura brasileira.

a Ditadura progressivamente recrudescesse a repressão, particularmente, contra a categoria dos trabalhadores docentes e dos bancários. Apesar das inúmeras formas de violências aplicadas pelos agentes do Estado de Segurança Nacional que contribuíram para promover o esvaziamento dos espaços de participação popular (Napolitano, 2002, p. 129), os trabalhadores de diferentes categorias buscaram alternativas de resistência, tanto que os professores universitários promoveram quatro greves neste mesmo ano, contando com a mobilização de 14.139 docentes (Alves, 1985, p. 254).

Diante das situações adversas, que pressionavam e tornavam urgente a necessidade de organização da categoria em virtude dos impactos políticos e econômicos que atingiam frontalmente a classe trabalhadora brasileira, motivada pela queda crescente dos padrões salariais, das inadequadas condições laboriosas e da insatisfação de grande parte dos docentes quanto aos rumos traçados e resultados até então obtidos em relação à educação, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, em 15 de outubro de 1980, os professores da URG formalizaram a fundação da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande (APROFURG).

Ditadura, URG e APROFURG: Conexões e divergências

Um dos raros registros acerca dos antecedentes que levaram a formalização da criação da APROFURG, curiosamente, não está contido em suas atas de reuniões ou assembleias. O Informe nº 43 de 28 de maio de 1980 produzido pela Agência de Porto Alegre do Serviço Nacional de Informações (SNI), que abordava a “situação na área educacional” do Rio Grande do Sul entre o período de 28 de novembro de 1979 a 28 de maio de 1980, revela que a partir do mês de novembro, com a realização do 1º Encontro Estadual de Associações Docentes Universitárias do Rio Grande do Sul, foi efetivada a mobilização do magistério do 3º Grau do Estado.

O mesmo documento descreve a criação de uma “coordenadoria estadual” de docentes que tinha enquanto incumbência, intensificar o processo de integração e mobilização das Associações Docentes (AD’s), centralizar e divulgar documentos articular-se com a Coordenação Nacional e Regional (quando criadas), preparar encontros, oferecer assistência política e técnica as AD’s e promover a fundação de novas associações de professores universitários.

O informe da espionagem de cunho confidencial chama a atenção para o fato de que os debates promovidos pelas AD’s deliberaram as primeiras pautas reivindicatórias da categoria, entre elas estavam a reintegração dos professores e pesquisadores afastados pelos atos de exceção e a luta por igualdade nos processos

de recrutamento e seleção dos docentes que pleiteavam a concessão de cursos de aperfeiçoamento no Exterior. Para tanto, tornava-se “imperiosa a extinção dos órgãos de segurança e informação nas Universidades, extirpando, assim, todos os ‘mecanismos de controle ideológico.’” (Serviço Nacional de Inteligência – SNI, Agência de Porto Alegre. Informe nº 43 de 28 de maio de 1980).

Desde então, inúmeros encontros e eventos foram promovidos por AD’s, no decorrer dos quais os professores reforçavam a necessidade de insistir nas pautas relacionadas às melhorias salariais e acréscimo de verbas para a educação. Em maio de 1980, docentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina reuniram-se em Porto Alegre, a fim de debater e avaliar “a mobilização da categoria pela obtenção de melhorias salariais, plano de carreira, avaliação da política nacional e criação de uma entidade nacional de docentes”. (Informe Confidencial do Serviço Secreto de Informação – SNI, Agência de Porto Alegre, 22/08/1980). No decorrer dessa reunião, na qual estava sendo gestada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), entre as AD’s presentes estavam os representantes ainda informais da Associação dos Professores da Universidade de Rio Grande, denominada no documento de “ADFURG” – Associação dos Docentes da Fundação Universidade do Rio Grande.

Em que pese a constante vigilância e cerceamento ideológico aos docentes, devido ao fato de que “a cúpula da instituição manteve uma rede interna de informantes e impôs rígida vigilância sobre as atividades acadêmicas de professores e estudantes” (Oliveira, 2023, p. 214), os preparativos que antecederam a assembleia de fundação da APROFURG foram descritos de forma abreviada por uma das lideranças do movimento docente à época,

De um modo geral não houve coisas muito sérias a esse respeito. E também posso não ter tomado conhecimento. Eram questões assim ideológicas. Por exemplo: Quando o Pedone (Reitor Fernando Lopes Pedone) queria falar comigo: ‘Me chama aquele comunista, o Cláudio, que eu preciso ter uma conversa com ele’. Coisas do tipo! A gente tinha pessoas que tinham certo cuidado. Acho que nós tínhamos algum cuidado sim, porque estávamos saindo da Ditadura e ainda não estávamos completamente livres dos percalços ditatoriais de trabalho. Que batiam no trabalho. Se a pessoa era mal vista podia levar (Entrevista com o Professor Cláudio Gabiatti, realizada em 05/08/2020).

O Professor Gabiatti também relatou que a criação de uma associação dos docentes da URG era de extrema necessidade e importância, uma vez que, a Universidade, até então, era uma Fundação de Direito Privado desde a sua criação em 1955. Os professores universitários que manifestassem interesses de sindic-

lização, deveriam fazê-lo através do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (SINPRO/RS). Porém, o SINPRO além de atender todos os professores do Rio Grande do Sul, muitas vezes não possuía estrutura e desconhecia a realidade de grande parte dos docentes do Ensino Superior. Além disso, estava sediado na capital, Porto Alegre, dificultando e, em muitos casos, retardando o atendimento aos docentes universitários do interior do estado. Ainda assim, Gabiatti relatou que a primeira greve realizada na URG em 1979 recebeu apoio do SINPRO. Foi durante o movimento grevista que, por se apresentar como um dos poucos professores filiados ao sindicato, ele acabou se tornando uma importante liderança, tanto que acabou aclamado como o primeiro presidente da APROFURG.

Os sindicatos e associações de classe existentes tornaram-se mais visíveis e atuantes. E aqueles elementos e categorias não organizados ainda buscavam sua visibilidade, justamente organizando-se e reivindicando não apenas direitos, mas também reconhecimento [...] Não havendo organização de classe dos trabalhadores da URG e percebendo essa aspiração difusa no meio, algumas lideranças, primeiro no âmbito de seu local de trabalho e depois mais amplamente, iniciaram a compartilhar conversas a respeito (Professor Cláudio Gabiatti em entrevista ao *Pó de Giz*, 11 a 19/10 de 2005, p. 4)

Atuando em instituição privada de Ensino Superior, localizada em um Município com o epíteto de “Área de Segurança e Interesse Nacional” (Costa, 2021, p 23) com muita sagacidade e cautela, alguns docentes motivados pelos ideais associativos em proveito da organização da categoria foram gradativamente concretizando sua Associação, através do permanente diálogo e centralizando algumas ações na figura do professor Cláudio Gabiatti.

Foi no contato direto com os docentes e funcionários da URG, entre uma xícara de café que estimulava conversas com os colegas de trabalho, circulando entre os Departamentos e Comissões de Curso, setores administrativos da URG, que segundo Gabiatti “as sementinhas que os sopros das vozes espalhavam meio aleatoriamente germinaram abundantes e geraram muitas mais” (*Pó de Giz*, 11 a 19/10 de 2005, p. 4).

Os movimentos sociais que afloraram no final da década de 70 e os intensos debates propagados nas universidades brasileiras acabaram redefinindo o estágio de relativa inércia, motivada pelo inculcado temor produzido pelo contexto político da época, em consequência de um processo gradativo de transformação e consolidação da participação do movimento docente de cunho associativo junto a luta político-sindical brasileira.

A sociedade e os professores aí incluídos acabam por chegar à conclusão de que se esgotara um ciclo do regime autoritário e que não era mais possível que a imposição pela força, que a falta de participação política, que a repressão, ditassem os rumos gerais de uma sociedade já então muito mais complexa, muito mais diferenciada, que havia evoluído de 1964 a 1978 (Testemunho de Oswaldo Maciel, ex-presidente do ANDES-SN. En Coelho, 1996, p. 37).

A criação da APROFURG evidencia uma das principais características socialmente definidoras das raízes do sindicalismo docente no Brasil, que diz respeito a uma “cultura associativa” enquanto prática de ação política, precedendo qualquer organização de aparência sindical, pois não remetia “somente a demandas de ordem trabalhista ou corporativa, mas, antes, a defesa da educação como princípio de igualdade e exercício cidadão” resultando em intervenções diretas e organizadas acerca dos debates sobre a política educacional no país (Ferraz e Gindin, 2014, p. 283). Com a criação das AD’s da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade de São Paulo, ocorreu o fortalecimento das pautas reivindicatórias referentes ao trabalho docente e a educação superior pública, em oposição à política do Regime Militar, o que foi decisivo para a formação de diversas outras associações pelo país, tanto no espaço público quanto no privado (Miranda, 2017, p. 38).

Em defesa dos interesses laboriosos da categoria e imbuídos do compromisso com a educação em todos os níveis, bem como com a classe trabalhadora e a sociedade brasileira, em 15 de outubro de 1980 um número considerável de docentes da Universidade do Rio Grande reuniram-se no Anfiteatro do *Campus* Central da Instituição, com o propósito de fundar sua entidade representativa. Na ordem do dia, estava a aprovação do Estatuto da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande (APROFURG), seguido pela posse da sua primeira diretoria.

Após transcorrerem alguns meses desde a sua fundação, ao que tudo indica sem adesão ao enfrentamento de uma greve nacional que durou vinte e seis dias, o movimento recém-organizado reuniu-se em sua segunda assembleia geral para debater assuntos de interesse da categoria. Na pauta esteve o posicionamento da APROFURG face aos problemas educacionais brasileiros, a escolha democrática dos dirigentes da Universidade e o plano de carreira do magistério de nível superior.

A segunda assembleia geral acabou suspensa por vinte dias e, posteriormente reaberta tendo entre as pautas, a proposta de filiação da APROFURG à Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). A decisão acabou

adiada através da justificativa de que os docentes necessitavam de maiores esclarecimentos para a tomada de decisão (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 16/05/1981). Porém, a criação de uma assessoria de comunicação que auxiliasse na confecção de um boletim informativo da Associação e a existência de uma assessoria jurídica, foram pautas aprovadas mediante consenso, tendo em vista a necessidade e relevância de ações que possibilitassem a ampliação de canais de informação e estruturassem a organização voltada às questões da luta pelos direitos trabalhistas da categoria (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 03/04/1981).

No decorrer da gestão do professor Cláudio Gabiatti as pautas do movimento docente da URG, estiveram alinhadas com as lutas conjuntas do movimento docente nacional. O envio de moções ao MEC e a Entidades que lutavam por melhorias no Ensino Superior, dentre elas a ANDES, foram as principais ações iniciais da APROFURG. Relatos contrários à privatização das Universidades, a exigência de maiores investimentos para a educação e a defesa do ensino público e gratuito foram frequentemente registrados nas Atas de Assembleias, assim como a elaboração do plano de carreira do magistério superior, melhorias nas condições de trabalho e reposição salarial para os docentes das Universidades Federais (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 23/10/1981).

Na esteira do processo de abertura política, durante a 2ª Reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes, foi reafirmado que dentre as propostas para a Universidade Brasileira deveria ser perseguido o objetivo de construção de uma Universidade autônoma e democrática, com o ensino superior regido por um padrão único de qualidade, fundamentado na estrutura da Universidade pública. Caberia, portanto, ao “movimento docente lutar para impor ao Estado, a responsabilidade na garantia de atendimento das demandas sociais de ensino público e gratuito em todos os níveis” (Relatório – Proposta para a Universidade, 2º CONAD, 5 a 7 de julho de 1981, p. 46).

Com muitos desafios pela frente, tanto em relação às práticas laboriosas docentes quanto de organização da categoria, a APROFURG abordou a pauta da repressão promovida pelos agentes do Estado contra as AD's do Acre e Maranhão, e ainda repercutiu a presença das decadentes práticas autoritárias da Ditadura enquanto reflexo da submissão política aos EUA, sobretudo, devido à influência negativa dos Acordos MEC-USAID no âmbito da educação e do ensino, em todos os níveis (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 30/10/1981).

Em contrarresposta e como instrumento de pressão política, foi materializada em 11 de novembro a realização da greve nacional dos docentes do Ensino Superior, que obteve o envolvimento de universidades autárquicas e perdurou por 20 dias. Os resultados alcançados com a paralisação compreenderam repo-

sição salarial de 30% para os docentes das Instituições de Ensino Superior (IES) autárquicas, o reenquadramento dos colaboradores discriminados e a fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação das Universidades brasileiras (Circular nº 127/2014. ANDES-SN - Quadro Geral de Greves nas Universidades).

A análise e avaliação da greve realizada pela categoria no 1º Congresso Nacional da ANDES divergiram em interpretações quanto ao seu resultado, ainda que houvesse o reconhecimento de alguns ganhos materiais, organizacionais e políticos, na medida em que se rompia com uma política salarial de arrocho no contexto político da Ditadura. Enquanto alguns docentes entendiam que o acúmulo de forças durante o movimento deveria ocasionar uma continuação que viabilizasse o atendimento mais completo das pautas, a maioria dos professores percebia que a greve havia chegado ao fim no momento oportuno e propício para reaglutinação das forças visando à continuidade das lutas.

Em termos organizacionais, enfatizou-se a atuação da Diretoria da ANDES, tanto em relação ao encaminhamento da questão salarial, que na visão de alguns docentes foi conduzida com extrema morosidade, quanto à falta de participação da Entidade nas lutas pela restauração da democracia no país. Outros pontos criticados por alguns professores foi o tom exageradamente corporativista no tratamento das questões salariais, a ínfima articulação com outros setores da sociedade civil e a inerte participação em eventos como a ausência de representantes do movimento docente na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)². Um dos pontos consensuais foi o imperativo de maior politização

2 A realização de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora foi proposta publicamente, pela primeira vez, em novembro de 1977, quando uma delegação de 205 sindicalistas de São Paulo foram até Brasília, com o intuito de discutirem questões sindicais diretamente com o General-Presidente Ernesto Geisel e reivindicar o direito dos trabalhadores realizarem congressos nacionais. O encontro acabou repercutindo entre políticos e os principais jornais do país publicaram inúmeros editoriais sobre o assunto. Apesar de arrefecido por um período, o objetivo de realizar o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora nunca foi abandonado, pelo contrário, continuou a ser defendido e divulgado por sindicalista em encontros de diversas categorias, como durante o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Em 1979 uma retomada de forma mais incisiva por parte de intersindicais organizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, definiu após uma reunião em 21 de março de 1981 que o Congresso, além de um importante instrumento de diálogo para militantes sindicalistas, consistia em um enfrentamento direto a Ditadura vigente no país. Assim sendo, o I CONCLAT acabou sendo realizado entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, com a presença de centenas de apoiadores e delegações internacionais de várias partes do mundo. No último dia do Congresso foi eleita a Comissão Nacional Pró-CUT, uma iniciativa determinante para que dois anos depois surgisse a maior entidade de representação das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, da cidade e do campo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983 (Comissão Nacional Pró-CUT, 1981, pp. 3-4).

do movimento, tendo como estratégia encaminhar as posições da categoria acerca do contexto com o envio de documentos políticos às bases (Ata da Plenária do 1º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final, 1982, p. 4)

Dentre as atividades realizadas nas plenárias do evento, que contou com representantes de dez AD's de várias partes do país, os professores da URG apresentaram texto de cinco de laudas, posteriormente publicado na íntegra no Relatório Final do Congresso, contendo escritos que abordavam de forma resumida as raízes socioculturais e políticas da Universidade na Europa, sua implantação na América Latina e o momento atual do Ensino Superior no Brasil, concretizando a participação da APROFURG enquanto uma das entidades protagonistas do evento.

A repercussão da mobilização de algumas AD's, em âmbito nacional, na promoção e execução de duas greves ao longo dos anos de 1980 e 1981, que revertiram melhorias salariais à categoria, ou ainda, o protagonismo da APROFURG no Congresso da ANDES foram insuficientes para motivar seus pares a participarem e engrossarem o coro por mudanças políticas na conjuntura nacional. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de maio de 1982 expôs a falta de participação e mobilização dos docentes, fatores que geraram apreensão por parte das lideranças da APROFURG e demais docentes engajados nas lutas, sobretudo, de restabelecimento da democracia no país.

Diante de pautas importantes como a eleição da Diretoria da ANDES, a Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito, o plano de carreira dos docentes e o início dos debates para a transformação das Associações Docentes em Seções Sindicais (Relatório Final do 5º CONAD, 1982, p. 15), o esvaziamento das Assembleias possivelmente refletiam o receio por parte dos docentes da URG, face aos acontecimentos contra a classe trabalhadora, como por exemplo o atentado do Riocentro, que consistiu em frustrada iniciativa de setores do Exército em realizarem um ataque à bomba no decorrer de um evento alusivo ao Dia do Trabalhador, motivados pela insatisfação em relação ao curso do processo de redemocratização do país. Tal acontecimento de grande repercussão acabou ocasionando a renúncia do Ministro Chefe da Casa Civil do Governo, Golbery do Couto e Silva.

Com a Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande criada e em funcionamento, dentre os objetivos espalhados pelo “sopro das vozes” houve um tímido acréscimo na construção da consciência política da categoria enquanto classe trabalhadora, ainda que, em grande medida, subordinada essencialmente às questões de ordem financeira e salarial. Cientes dos compromissos políticos que assumiriam com a categoria docente, uma nova equipe assumiria a represen-

tação associativa dos docentes, motivada em enfrentar os desafios permanentes e aqueles que se avizinhavam.

A luta por democracia e a construção das garantias e liberdades associativas e sindicais

Ao término do 1º Congresso Nacional das Associações Docentes (CONAD), em 1981, o Relatório Final apontou que o programa de lutas do movimento docente deveria ser pautado pelo engajamento da categoria nas ações que envolviam a realização de eleições, no ano seguinte, para escolha de governadores, deputados e senadores, integrado as amplas frentes de lutas junto a CUT e a realização do CONCLAT. Além disso, o programa possuía três pontos basilares: 1) Questões internas: reestruturação das universidades, do ensino público e gratuito, seguidas pela democratização das instituições, da autonomia universitária, do ensino e da pesquisa. 2) Atuação sindical: melhorias salariais, estabilidade no emprego e aposentadoria. 3) Lutas gerais da categoria: deveriam obrigatoriamente, dialogar com as pautas do ensino de 1º e 2º graus e com os demais setores do funcionalismo público. Na ocasião, a recém-criada APROFURG encaminhou a luta por democratização e plano de carreira. (Relatório Final do 1ª Reunião do Conselho Nacional das Associações Docentes – 1º CONAD. São Paulo, 17 a 19 de abril de 1981).

Neste estágio inicial do desenvolvimento das práticas associativas da categoria docente da URG, verificou-se a inércia em relação à ampliação do alcance dos debates políticos no cerne de um fragmentado e instável movimento docente. Mesmo contando com um número expressivo de associados, a APROFURG esteve próxima de interromper suas atividades em decorrência da falta de envolvimento com as pautas de interesse geral da categoria. Com frequência, o esvaziamento das assembleias era verificado pela ínfima participação dos associados (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 27 de outubro de 1983).

Os três primeiros anos de existência da APROFURG podem ser caracterizados por um relativo receio que aparentava o desinteresse de grande parte dos seus associados, limitando a participação em ações promovidas pelo movimento docente local e nacional. O medo de represálias por parte da administração universitária e do aparelho repressivo do Estado, de certa forma, inibiam a presença e a participação de muitos professores durante as assembleias e reuniões promovidas pela Associação. Em outros casos, alguns docentes não compactuavam com o associativismo da categoria e preferiam manter os laços de reciprocidade e alinhamento político com o reitor da URG e com a Ditadura.

Procurando se legitimar e estruturar como entidade representativa, a APROFURG promoveu uma série de ações que buscavam a formação política de seus

associados. Além disso, a realização de atividades socioculturais, bem como o aprimoramento da estrutura organizacional através da contratação de uma secretária, possibilitou fixar um local com horários de atendimento aos associados. Desta feita, a entidade começou a referenciar todos os assuntos relacionados à categoria (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 06/01/1983). A meta era sensibilizar a comunidade docente no sentido de que se conscientizasse dos problemas relacionados à carreira profissional e a política educacional do ensino superior.

Queríamos arrancar o docente do ostracismo em que se encontrava, tornando-o mais vivo, mais participante e menos passivo, menos receoso, criando-lhe a certeza de que, com uma postura inquieta, estaria lutando por melhores condições de trabalho e ensino (Boletim da APROFURG: n° 000, 15/10/1983, p. 2).

Com o objetivo de divulgar suas atividades, informar sobre o movimento docente nacional e promover a discussão em torno dos problemas internos da URG, a Diretoria da Associação criou um veículo de comunicação com a categoria. Em seu editorial inaugural o Boletim da APROFURG, publicação em formato de jornal impresso tipográfico, explicitou, em parte, o momento crítico pelo qual passava a Associação, destacando a criação de uma Comissão Especial para evitar a interrupção das atividades (Ata de Assembleia Geral da APROFURG, 27/10/1983).

Ao que tudo indica o retorno da pauta envolvendo as questões salariais, a possibilidade de escolha democrática dos reitores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e o impacto do conteúdo veiculado no Boletim Informativo, posteriormente denominado de *Pó-de-Giz*, fizeram com que a categoria retomasse timidamente a participação nas Assembleias, promovendo debates e consolidando a representatividade da APROFURG, até mesmo, em âmbito nacional, quando da escolha dos seus delegados e observadores para o 9° CONAD (Ata de Assembleia Geral Extraordinária da APROFURG, 15/06/1984).

Os ares do *continua exercitium* democrático advogado pelo “sopro das vozes” acabaram renovados e estimulados através das páginas do *Pó-de-Giz*. “Aqui não há censura!”, exclamava o editorial que passou a prestar uma função vital para a categoria, ou seja, mantê-la informada, inquieta e opinativa.

Estamos vivendo no país, uma época em que assuntos como abertura, democracia, eleições diretas, são discutidos em todas as rodas. A URG, engajando-se nesse clima, realizou seminários na área de ensino e extensão. A APROFURG preocupada que está com o funcionamento da estrutura interna da Universidade, também já promoveu um encontro para discutir o assunto. Parece ter chegado o momento ideal para repensar o compromisso

da Universidade com sua própria comunidade. Uma Universidade só conseguirá funcionar na plenitude de suas potencialidades, no momento em que se estruturar democraticamente [...] (Boletim da APROFURG, n° 001, 21/11/1983, p. 2).

Fortalecida pela participação da categoria, a APROFURG passou a perseguir com tenacidade as diretrizes do movimento docente nacional, pautando suas estratégias e ações em concomitância aos objetivos definidos pelo programa nacional de lutas. A reestruturação da ordem democrática na URG e no país acabou ocupando grande parte dos esforços da APROFURG, assim como as pautas que envolviam as questões associativas e sindicais.

Perseguindo obstinadamente a democratização de toda a estrutura organizacional e burocrática da Instituição, enquanto se desenvolviam os trâmites para a escolha do Reitor da URG, em meio à greve que eclodiu em 15 de maio, a Edição Especial do Boletim da APROFURG, estampou em sua folha de capa a frase “Diretas Já aqui também”. Na contramão da abertura de debates promovidos pela Associação, alguns docentes disseminavam a ideia de que a comunidade universitária não teria condições de participar da escolha de seus dirigentes, devido a sua “imaturidade política” (Edição Especial do Pó de Giz, n° 004, 15/05/1984, p. 2).

A associação continuou realizando ações que buscavam ampliar a participação da comunidade universitária, enquanto corpo consultivo e decisório das diretrizes Institucionais. Para tanto, ao longo de 1985, além de uma maior aproximação com o Diretório Central Estudantil (DCE) e a Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da Fundação Universidade do Rio Grande (APTAFURG) em meio a outras demandas não menos importantes, o movimento docente passou a dedicar grande parte de seus esforços nas questões estatutárias da URG.

Em julho de 1986, o Conselho Universitário, através da Resolução n° 07/86 Conselho Universitário da URG, decidiu instituir a Comissão Estatuante, com a finalidade de elaborar a proposta dos novos Estatutos e Regimento Geral da Universidade, que seriam apreciados e aprovados, mediante plebiscito envolvendo toda a comunidade acadêmica. Ao longo de um novo movimento grevista que durou 44 dias, através da Lei n° 7.596, a URG passou à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento essencialmente subsidiado por recursos da União (Ata de Assembleia Geral Extraordinária da APROFURG, S/N, 16/07/1987, p. 4).

Em que pese o envolvimento e a mobilização de grande parte do movimento docente da URG, estudantes e demais funcionários acerca da pauta de reestruturação da Universidade (função social, financiamento, reestruturação, avaliação, democratização), a inquietação quanto ao texto final da Nova Constituição, foi

percebida como o único instrumento capaz de oferecer subsídios para os propósitos estabelecidos por aqueles que faziam a Universidade, e, portanto, eram conhecedores de suas necessidades.

A primeira eleição direta para Reitor da FURG ocorreu em dois turnos e foi acompanhada por docentes que compunham a diretoria da APROFURG. A partir da homologação do resultado das urnas, além da reconhecida necessidade do aprimoramento do processo eleitoral, a associação rapidamente procurou rearticular e mobilizar o movimento docente objetivando a consolidação do processo Estatuinte. Com a aprovação da nova Constituição brasileira pela Assembleia Nacional Constituinte, assumiu a reitoria da FURG o professor Orlando Macedo Fernandez, obedecendo à escolha da comunidade universitária.

Em 1988, no último Editorial do *Pó-de-Giz*, a Diretoria da APROFURG afirmou que, embora descaracterizados pelo novo afastamento de metade de seus membros, havia conseguido encaminhar questões relevantes para o segmento docente local e para a Universidade. Enquanto “herança política” deixava algumas questões, não menos importantes a cargo dos encaminhamentos da futura diretoria, como por exemplo a necessidade de consolidação do processo Estatuinte. Em âmbito nacional, a Diretoria expôs que a associação seria defrontada com, pelo menos, uma questão de extrema importância e que decorreria da promulgação da nova Carta Constitucional, ou seja, as complexas questões de sindicalização ao ANDES (*Pó-de-Giz*, nº 033, 11 de outubro de 1988, p. 2).

Em assembleia muito movimentada, foi enfatizada pela diretoria da APROFURG a relevância do sindicato como entidade jurídica e as diferenças existentes entre o “organismo associativo e o sindical”. Logo em seguida, ocorreram inúmeras manifestações favoráveis à sindicalização ao ANDES, que acabou sendo aprovada por unanimidade pelos docentes (Ata de Assembleia Extraordinária da APROFURG, 18/11/1988).

O processo de transformação do ANDES em Sindicato Nacional foi desencadeado a partir do 7º CONAD, realizado em junho de 1988, acompanhando os trâmites de aprovação da nova Carta Constitucional (Navarro, 2001, p. 427), baseado nos princípios do Novo Sindicalismo brasileiro, porém, com a organização da categoria ocorrendo inicialmente em seus locais de trabalho, tendo a diretoria o poder executivo de encaminhar as decisões deliberadas por seus sindicalizados nos CONAD's e Congressos, formato até então não praticado por nenhum outro sindicato do país.

Alguns servidores da FURG, particularmente membros da categoria de trabalhadores docentes, bem como dirigentes da APROFURG, passavam a perseguir

com maior transparência as propostas classistas e combativas da classe trabalhadora brasileira. Um dos fatores determinantes para tal empreendimento foi à filiação do ANDES-SN à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Após uma votação inconteste que coroou um longo processo de discussões a proposta classista acabou fortalecida, ampliando novos instrumentos de luta e consolidando aliados na defesa dos interesses da categoria (Ata da Plenária do 8º Congresso da ANDES - Sindicato Nacional, 14 a 18 de fevereiro de 1989, p. 54-55). Em consonância com as propostas da classe trabalhadora, em seguida, doze AD's aprovaram greve por tempo indeterminado.

Na passagem do associativismo docente à organização sindical que compreende o final dos anos de 1970 e início dos anos de 1990, devido o reconhecimento constitucional do direito à sindicalização do servidor público, o movimento docente passou a estabelecer um diálogo político e ideológico com o Novo Sindicalismo, responsável pela criação da CUT, que foi determinante no processo que moldou as práticas sindicais para o reconhecimento do professor enquanto trabalhador integrante de um polo da luta de classes, através de uma aproximação com organizações sindicais, acadêmicas e estudantis, herdeiras das lutas pela redemocratização do Brasil, e que se referenciavam no Partido dos Trabalhadores (PT) (Ferraz y Gindin, 2014, p. 284-285). Parte decisiva desse processo histórico de passagem do associativismo para o sindicalismo docente foi descrito pelo Presidente da APROFURG à época:

[...] tive muitos episódios altamente marcantes. Eu terei, até certo ponto, uma certa dificuldade de dizer qual é o mais marcante. Mas um episódio que foi muito marcante foi aquela assembleia de guerra. Se não me engano foi em novembro de 1989, quando nós colocamos a APROFURG como sendo Seção Sindical do ANDES. Nos transformamos em sindicato a partir daquele momento. Foi um ponto importantíssimo a APROFURG como sindicato. Sindicato ligado ao ANDES. E também um outro momento, quando nós numa Assembleia filiamos a APROFURG à CUT. A Central Única dos Trabalhadores. Foi um momento muito marcante! Foi uma Assembleia assim, pauleada. Uma pauleira, só! (Professor Mário José Junges em entrevista gravada no dia 11/09/2020).

1989 terminou com a concretização dos anseios de uma das maiores manifestações populares ocorridas até então no Brasil. Após a promulgação da Constituição em 15 de novembro, através do voto direto, os brasileiros elegeram o ex-governador do estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) para ocupar o cargo de Presidente da República. Com o término definitivo da Ditadura, alguns dias depois, em 20 de novembro

foi formalizada por unanimidade, em assembleia extraordinária, a filiação da APROFURG ao ANDES.

O início dos anos noventa, assim como a década que se encerrava, continuavam marcados pela efervescência sindical, tanto que em 20 de fevereiro de 1990, foi fundada a Intersindical da cidade de Rio Grande. A entidade que congregava cerca de 50 sindicatos e tinha como finalidade o enfrentamento coletivo das questões dos trabalhadores, contava com o protagonismo da APROFURG em suas bases políticas. Ainda no ano de 1990, nasceu o SINTEST/RS – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Gadotti, 1996, p. 15)³ do Terceiro Grau no Rio Grande do Sul, entidade representativa dos servidores das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, filiado à CUT e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). As experiências e perspectivas classistas, aparentemente, passavam a desbravar e vislumbrar uma nova década.

A APROFURG fortalecida enquanto Seção Sindical do ANDES, filiada à CUT, acompanhou o “período de consolidação do Sindicato Nacional Docente que, em confronto com o Ministério da Educação, legitimou através de movimentos grevistas seu combate às propostas educacionais do governo” (Navarro, 2001, p. 277).

Em um balanço da década, o recém-empossado Presidente do ANDES-SN (1990/1992), Carlos Baldijão efetuou uma síntese conjuntural do surgimento do sindicalismo brasileiro, suas pautas de luta e a inserção do movimento docente, renovado e vislumbrando um sindicalismo livre e autônomo. “Organiza-se a luta por democracia política e econômica, cresce o movimento por anistia ampla, geral e irrestrita. O movimento docente nasce no mesmo período e participa ativamente de todas essas lutas [...]” (Baldijão, 1991, p. 6).

Em uma sociedade que se modernizou pela via do autoritarismo, a criação de universidades públicas – federais e estaduais – acarretou a ampliação dos corpos docente e discente (Motta, 2016, p. 16), caracterizando uma expansão desordenada das Instituições que implicou no comprometimento dos docentes com a qualidade do ensino, ainda que baseado ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional, onde a educação servia aos interesses governamentais, sendo que o sistema de ensino superior do país passou a ser reformulado de acordo com essa Doutrina (Costa, 2009, pp. 114-116).

³ A denominação “trabalhadores em educação” ao invés de “educadores”, “professores” ou “profissionais da educação”, reflete uma mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral.

A Constituição de 1988 declarou que o Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito tem entre os seus fundamentos “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” e entre seus objetivos “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Em linhas gerais, esses arranjos jurídico-constitucionais são típicos do que se convencionou genericamente denominar “Estado social” ou de “Estado de direito democrático e social”. O Estado de direito democrático e social, nesse sentido, é o tipo histórico de Estado característico do século XX, resultante das inflexões institucionais provocadas pelo ascenso da organização e da luta dos trabalhadores (Pinto y Ximenes, 2018, pp. 983-984).

Nos anos 1980, o modo de funcionamento e o papel do organismo sindical sofreram inúmeras mudanças, comparado ao período de estabilidade da Ditadura Civil-Militar (1968-1978) quando funcionou como um sindicalismo de governo, com a maioria de seus diretores pelegos. O gradativo arrefecimento do controle governamental sobre a vida dos sindicatos teve alguns marcos importantes, como o surgimento das greves de massa na conjuntura de 1978 a 1980; o processo de mudança do funcionamento e do papel do sindicalismo oficial com a criação da CUT em 1983, bem como a política liberalizante iniciada por Almir Pazzianotto em 1985, na qualidade de Ministro do Trabalho do governo civil de José Sarney, que aboliu o estatuto padrão, suspendeu o controle direto das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) sobre as eleições sindicais e abandonou a prática de depor exemplarmente as diretorias sindicais que se opusessem à política econômica. Por fim, a promulgação da Constituição de 1988 coroou de êxito esse processo de liberalização, ao impor obstáculos através de diversos dispositivos constitucionais que tratam das questões sindicais, promovendo a ingerência direta e pormenorizada do Governo na gestão dos sindicatos oficiais (Boito, 2005, pp. 81-82).

Destarte, a luta dos trabalhadores em educação de nível superior, atuantes no decorrer da década de transição do associativismo para o sindicalismo docente do Ensino Superior, buscou a eliminação dos antigos paradigmas educacionais, sobretudo em defesa da autonomia universitária, com vistas ao ensino público, gratuito de qualidade e socialmente referenciado, fazendo valer o texto constitucional e a promoção da consolidação do Estado de direito democrático e social.

Considerações finais

O processo que culminou com a gênese das associações docentes de Ensino Superior e, posteriormente, sua transformação em sindicato nacional, advém das

articulações entre trabalhadores da educação de diversas universidades brasileiras, que desde o final da década de 1970, foram forjando o ímpeto de organização da categoria, no contexto de um processo de abertura política lenta e gradual, infligido pela ofegante Ditadura.

Sem cisões radicais, o espaço de influência da APROFURG foi ampliado no âmbito das relações laboriosas e políticas da Universidade Federal do Rio Grande, acompanhando os impasses e alcances das liberdades individuais e coletivas no âmbito das universidades brasileiras. A gênese do associativismo docente e a consolidação da APROFURG enquanto Seção Sindical do ANDES foi conduzida e construída com extrema prudência, cautela, diálogo, apreensão, sem abrir mão de uma postura combativa na luta pela redemocratização ampla e irrestrita da sociedade brasileira.

A cultura associativa enquanto prática de ação política com aparência e formato sindical, por muitos anos, foi conduzida por docentes que defendiam de maneira intransigente a educação enquanto princípio de igualdade, exercício da cidadania e fazer essencial para a soberania e desenvolvimento do país.

Mesmo em um contexto adverso, imposto pela tutela exercida por Golbery do Couto e Silva, a constante vigilância, demissões e ameaças, bem como o receio e a despolitização do movimento docente da FURG, a persistência e resistência empreendida por algumas lideranças acabou promovendo de modo consciente e concreto, articulações políticas que consolidaram sua entidade representativa. Os constantes fluxos de esvaziamentos das assembleias e reuniões por parte dos docentes, que ameaçavam a continuidade das atividades da APROFURG até meados da década de 1980, podem ser entendidos ainda como fatores que apontam para a opção pelos interesses individuais acima dos coletivos. Tanto que, conforme o conteúdo pesquisado nas atas da AD, as assembleias acabavam contando com a participação de inúmeros docentes quando tratavam das pautas relacionadas às melhorias salariais. As greves enquanto práticas reivindicatórias foram estratégias consideradas audaciosas por grande parte dos docentes da universidade, pelo menos até o final da década de 1980.

A APROFURG enquanto resultado da restauração democrática do país, em diversos episódios de sua trajetória, ao longo dos primeiros dez anos, lidou com a frequência e participação limitada de seus associados, que em grande medida, muito pouco contribuíram com os debates promovidos pela associação, pois optaram somente pela ação e possibilidade de escolherem, através do voto direto e individual, os dirigentes aos cargos político-administrativos da universidade. Cabe mencionar que esse tipo de comportamento que aponta a despolitização

dos docentes, também pode ser percebido enquanto característica da população brasileira.

O recuo dos associados da APROFURG em aderirem à filiação ao ANDES, inicialmente enquanto representação sindical e posteriormente em razão da filiação do ANDES à CUT, apesar de aprovado depois da realização de dezenas de assembleias confere amplo sentido ao corporativismo por parte de muitos docentes em aderirem ao sindicalismo ampliado e em comunhão com os demais trabalhadores brasileiros.

Referências

- Alves, M. (1985). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes.
- Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes.
- Baldijão, C. (1991). *Os desafios do movimento docente nos dez anos de lutas do ANDES-Sindicato Nacional*. En *Universidade e Sociedade*, ANDES-SN, Brasília, (n.1), 6-10.
- Boito, A. (2005). *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Brito, R. (2014). *O Novo sindicalismo brasileiro e o papel da crítica: Análise das estratégias de engrandecimento da prática sindical brasileira na década de 1980*. En *Revista Primeiros Estudos*, São Paulo, (n. 6), 87-101.
- Coelho, P. (1996). *Sindicalismo na Universidade: Um estudo do movimento docente*. Santa Maria: SEDUSFM/ANDES-SN.
- Colbari, A. (2010). *A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80*. En *SINAIS - Revista Eletrônica*. Ciências Sociais. (n°8), v.1, 167-265.
- Comissão Nacional Pró-CUT. (1981). *Tudo sobre a I CONCLAT. A caminho da Central Única. Centro de Informação, Documentação e Análise Sindical (CIDAS)*, São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico.
- Costa, B. (2009) *O Ensino Superior na Ditadura Militar brasileira: um olhar através da “Revista MEC”*. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, Dissertação de Mestrado, Porto Alegre.
- Costa, L. (2021). *A “Era dos Festivais” em Rio Grande*. Rio Grande: Editora da FURG.
- Costa, L. (2020). *O movimento estudantil e artístico nos festivais de música em Área de Segurança Nacional (1970 a 1976)*. En *Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 29, (n. 3), 410-424.

- Ésther, Â. (2012). *Uma história da universidade brasileira: tensões, contradições e perspectivas de sua identidade institucional*. Relatório de Pós-Doutorado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Fantinatti, M. (2001). *O Movimento Docente na Universidade Pública*. Campinas: Alínea Editora.
- Ferraz, M. y Gindin, J. (2014). *Sindicalismo no Governo Lula: desafios de protagonismos e fragmentação*. En: Bridi, M. A., Ferraz, M. y Oliveira, R. (orgs). *Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares* (283-303). Belo Horizonte: Fino Traço Editora.
- Gadotti, M. (1996). *Estado e Sindicalismo Docente: 20 anos de conflitos*. En: Revista Adusp: São Paulo.
- Kantorski, L. (2011). *Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*. Dissertação de Mestrado em História: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas – PPGH/UFPEL.
- Kucinski, B. (1982). *Abertura: história de uma crise*. São Paulo: Ed. Brasil Debates.
- Lyra, R. (1982). *Universidade e Movimento Docente*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPb/FUNAPE.
- Mansan, J. (2013). *Coerção e controle: a educação superior no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964-1988)*. En Clio – Revista de Pesquisa Históricas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), vol. 30 (nº2), 1-17.
- Mendonça, D. (2005). *A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários Veja e Isto É*. En ALCEU. v.5 (nº10), 164-185.
- Miranda, K. (2017). *Lutas por educação no Brasil recente: o movimento docente da educação superior*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Motta, R. (2016). *A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política*. Páginas 8(nº 17), 9-25.
- Napolitano, M. (2002). *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba: Juruá.
- Oliveira, C. (2023). *A Cidade Pálida: ação política empresarial-militar e construção de hegemonia durante a ditadura de Segurança Nacional em Rio Grande/RS (1964-1975)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós Graduação em História – PPGH.
- Padrós, E. (2009) *História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos*. Tempo e Argumento: Florianópolis, v. 1, (nº 1), 30-45.
- Pinto, É. y Ximenes, S. (2018). *Financiamento dos direitos sociais na Constituição de 1988: do “Pacto Assimétrico” ao “Estado de Sítio Fiscal”*. En Educação & Sociedade, Campinas, v. 39, (nº 145), 983-984.
- Rodrigues, L. (1979). *Tendências futuras do sindicalismo brasileiro*. En Rattner, H. (Org.). *Brasil 1990: Caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- Rodrigues, M. (1992). *A década de 1980. Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática.
- Santos, V. (2014). *Caso Riocentro: Terror e violência no processo de abertura política brasileiro*. Revista Contemporânea. v.1 (n° 5), 1-27.
- Vieira, R. (2017). *Monumento de cultura – Monumento de barbárie. Uma crítica da leitura de Rodrigo Motta sobre as políticas para a Universidade no Brasil durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)*. Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Fontes

- Atas de Assembleias e Reuniões. Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande – AprofURG.
- Ata da Plenária do 1º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 1º Congresso, Florianópolis, 1º a 5/02/1982.
- Boletim da APROFURG – Jornal da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande, Rio Grande/RS.
- Circular nº 127/2014. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN). Quadro Geral das Greves nas Universidades Federais (1980-2012).
- Serviço Nacional de Inteligência – SNI, Agência de Porto Alegre. Informe nº 43 de 28 de maio de 1980.
- Jornal da FURG – Setor de Comunicação Social da Universidade do Rio Grande, Rio Grande/RS.
- Pó De Giz – Jornal da Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande (APROFURG).
- Relatório Final do 1ª Reunião do Conselho Nacional das Associações Docentes – 1º CONAD. São Paulo, 17 a 19 de Abril de 1981.
- Relatório – Proposta para a Universidade. 2ª Reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes – 2º CONAD, Salvador, 5 a 7 de julho de 1981.
- Relatório – Fundações. 1º Congresso Nacional da ANDES. Relatório Final do 1º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional, Florianópolis (SC), de 1º a 05/02/1982.
- Relatório da Reunião Setorial das Fundações. Relatório Final do 5º CONAD, Belo Horizonte (MG), 11 a 13 de junho de 1982.
- Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969.
- Informe Confidencial do Serviço Secreto de Informação – SNI, Agência de Porto Alegre, 22/08/1980.